

SOLETRAS

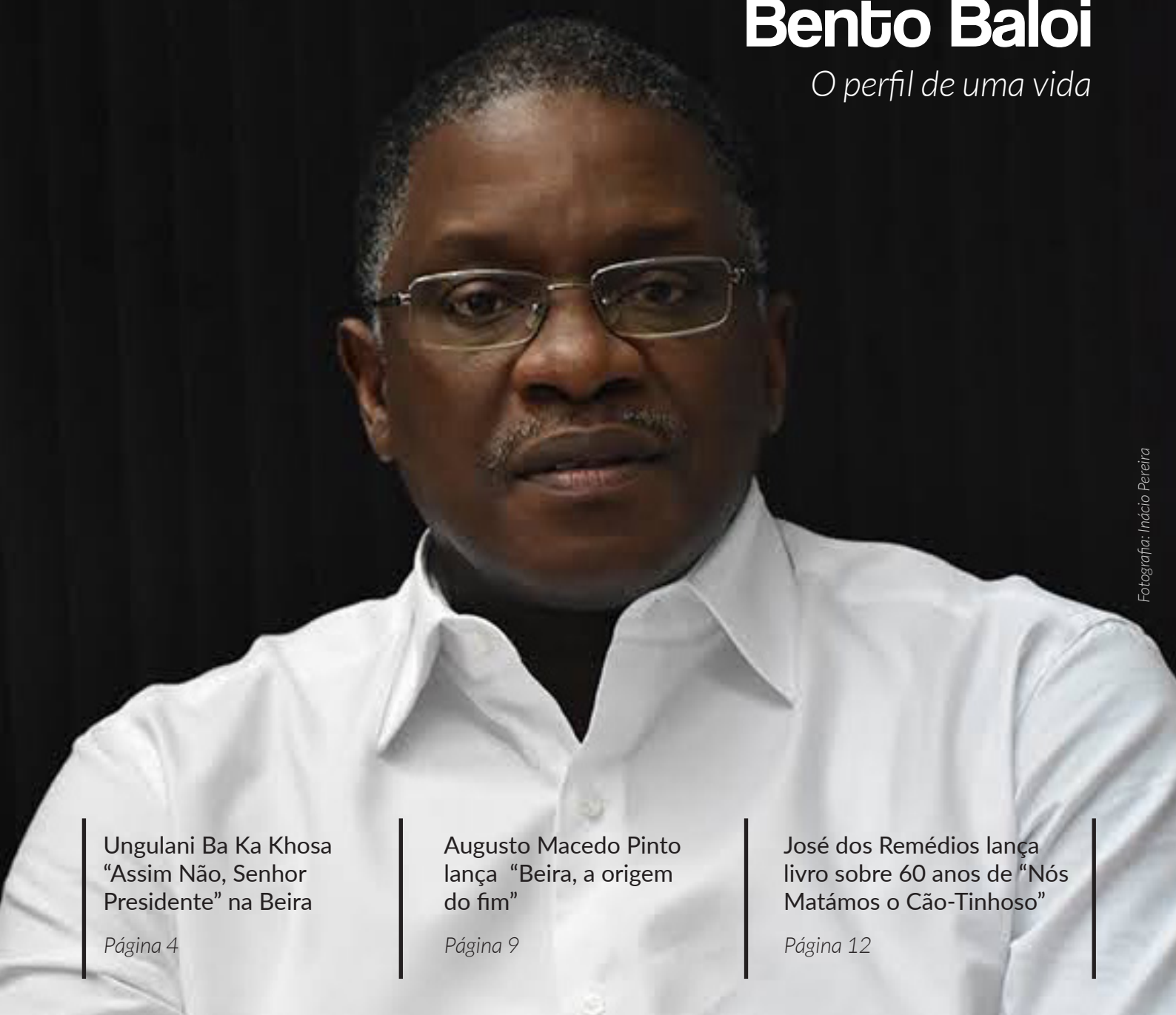
Editor: Dany Wambire * Beira * Ano XI * 2024 * 55ª edição * E-mail: revistasoletras@gmail.com

BIMESTRAL

REVISTA DE ARTE & CULTURA

Bento Baloi

O perfil de uma vida



Ungulani Ba Ka Khosa
"Assim Não, Senhor
Presidente" na Beira

Página 4

Augusto Macedo Pinto
lança "Beira, a origem
do fim"

Página 9

José dos Remédios lança
livro sobre 60 anos de "Nós
Matámos o Cão-Tinhoso"

Página 12

Fotografia: Inácio Pereira



04. **Ungulani Ba Ka Khosa**
"Assim Não, Senhor Presidente" na Beira



08. **Augusto Macedo Pinto**
lança "Beira, a origem do fim"



21. **Bento Baloi:**
O perfil de uma vida



26. **Çargalhadas no Olympia e Hiroshima no**
São Jorge

Índice de Conteúdos

Apresentação

Os 10 anos da revista SOLETRAS



A revista SOLETRAS celebra, em 2024, 10 anos de existência. Fundada na cidade da Beira, a 31 de Janeiro de 2014, por jovens ligados à Associação Kulemba, a revista propunha-se contribuir para a divulgação literária na cidade e no país, em geral, num contexto de escassez de oportunidades para a publicação de trabalhos de novos escritores.

Era comum nessa época: à falta de espaço, os jovens respondiam com iniciativas. Não cruzavam os braços. Sentiam-se obrigados a encontrar cada vez mais oportunidades para mostrar o seu talento na arte literária.

“... jovens continuam no anonimato não é por não fazerem trabalhos de qualidade e sim por não lhes serem dadas as oportunidades e possibilidades de poderem singrar na arte que têm vindo a desenvolver. A saída do anonimato de novos escritores ou leitores passa necessária e exclusivamente pela criação e promoção de espaços onde os jovens possam inteligentemente expressar as suas ideias e os seus dotes”, lê-se no texto de apresentação da primeira edição da revista, datada de 31 de Janeiro de 2014.

Com o passar do tempo, a revista foi-se transfigurando, passando a ser o principal veículo para a divulgação das actividades de promoção de leitura da Associação Kulemba, que iam desde oficinas de mediação de leitura, passando por concursos literários para todas as idades, até organização de festas literárias e lançamento de livros.

Nesta edição da revista, apresentada num novo design (mais bonito e atraente), são destacadas algumas dessas actividades, como o Festival do Livro Infanto-juvenil da Kulemba e o Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil.

É também destaque desta edição uma entrevista ao escritor Bento Baloi, conduzida pelo jornalista José dos Remédios. Bento Baloi foi o vencedor, na categoria de prosa, da 1ª edição do Prémio Literário Mia Couto, organizado pela Associação Kulemba em parceria com a Cornelder de Moçambique.

Com exclusividade, publicamos, igualmente nesta edição, matérias sobre o lançamento dos livros “O inventário da memória”, de José dos Remédios, e “Beira, a origem do fim”, de Augusto Macedo Pinto, dois livros comemorativos. O primeiro para celebrar os 60 anos da obra “Nós matámos o Cão-Tininho”, de Luís Bernardo Honwana, e, o segundo, os 50 anos de 25 de Abril”

Por fim, acompanhe, nesta edição, o rescaldo da cerimónia de lançamento, na cidade da Beira, de “Assim Não, Senhor Presidente”, o mais recente livro de Ungulani Ba Ka Khosa.[]

Dany Wambire,

Editor

Ungulani Ba Ka Khosa

“Assim Não, Senhor Presidente” na Beira

Texto de Dany Wambire

Encontrei-o sentado numa das cadeiras de palha instaladas no corredor da Casa do Artista, local que 30 minutos depois haveria de acolher o segundo lançamento do seu mais recente livro, “Assim Não, Senhor Presidente”.

Antes de alguns leitores, impacientes, começarem a importuná-lo com pedidos de autógrafos antecipados, certamente para evitarem a fila longa que se iria compor no final do evento, Ungulani Ba Ka Khosa parecia descontraído, sentado com pernas sobrepostas, costas presas ao encosto da cadeira e cabeça escondida num chapéu de praia branco.

Mal me viu, o escritor levantou-se, estendeu-me um abraço e disse-me que, pela manhã, tinha passado pela Livraria Fundza e gostara do que viu. Temendo que Ungulani se alongasse nos elogios, disparei um sorriso matreiro, como que a pedir mudança de conversa. Mas ele fingiu não ter entendido. Insistiu. Fui obrigado a pensar noutra investida: entreguei um livro e pedi-lhe um autógrafo a ver se se concentrava no que queria escrever. Enquanto escrevia, perguntei-lhe se se importava de fazer algumas fotografias, naquele momento e naquele lugar, para a revista *Soletras*, ao que ele concordou.

Depois do autógrafo, foi ele próprio conduzindo a sessão de fotografia, escolhendo as poses e os ângulos que deviam ser aproveitados. O meu colega Mouzinho Sambua obedecia a ele a mim que, de quando em vez, sugeria uma ou outra coisa.

Nesse ínterim, Daniel da Costa, o apresentador da obra, não tinha chegado ainda, o que afligia algumas pessoas da organização. Vendo olhos preocupados, alguém meteu piada no assunto: “Não se preocupem, a esposa do Daniel, que faz parte da equipa de avanço, já está aqui. Então, o Daniel sempre virá”. Aliás, a Maria Pinto de Sá, a presidente da Casa do Artista, também não tinha chegado. Tinha ido buscar o seu marido, Fernando Ferreira Mendes, o Gringas, como Ungulani gosta de o chamar.

Maria, Fernando e Daniel chegaram praticamente no mesmo momento. Daniel vinha com ar pesado, pois acabara de chegar de uma viagem de trabalho, no interior do distrito de Nhamatanda. “Para não me atrasar ao evento, saí a voar de Matenga directamente para aqui”, justificou-se. Se quisesse, Daniel poderia



Ungulani Ba Ka Khosa na Casa do Artista, cidade da Beira.



Ungulani Ba Ka Khosa autografando seu livro.

evitar a redundância: “saí a voar de Matenga”. Matenga é uma palavra sena que quer dizer asas. Mas não quis. O que quis foi abrir as suas asas, ou melhor, os seus braços para saudar Ungulani, que correspondeu ao abraço, mas com umas palavras de agradecimento: “Obrigado, *A-chicunda*, por teres aceitado apresentar o meu livro”.

Presentes todos os intervenientes, o evento arrancou, depois de uma pequena disputa de cadeiras. A sala estava sobrelotada, com as escadas azuis do corredor a servirem momentaneamente de assentos. Daniel da Costa começou por ler o seu discurso para, como segredou ao público, “segurar o nervosismo inicial”.

Com uma voz pontuada, metaforizou os inúmeros “nascimentos” de Ungulani, a começar pelo de 01 de Agosto de 1957, data de nascimento do autor. O segundo nascimento foi no Diário de Moçambique, quando Ungulani publicou, naquele jornal editado na Beira, o conto “Dirce, minha Deusa, nossa Deusa”. A seguir veio o nascimento em Lichinga, numa escola que, mesmo estando no norte, tinha o nome de Ngungunhane, o Imperador de Gaza. “Onde estão os outros heróis deste país?”, terá se perguntado Ungulani, e até hoje não encontrou uma resposta para pergunta que continua a inspirar os seus livros, como é o caso de “Assim Não, Senhor Presidente”.

“Assim Não, Senhor Presidente”, nas palavras de Daniel da Costa é “um manifesto” contra alguma coisa, neste caso, contra o estado de abandono da Vila Algarve, a antiga sede da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), em Maputo, na qual estiveram presos artistas como Malangatana e José Craveirinha. “No tempo colonial, é onde eram presos e interrogados muitos naciona-



Ungulani Ba Ka Khosa e Daniel da Costa (da esquerda para a direita).

listas, é centro de uma memória”, afirma Ungulani Ba Ka Khosa para, a seguir, se insurgir por o edifício estar “totalmente destruído”. “Parece que nós vivemos num país onde se matam outras narrativas, outras figuras para emergir só uma única narrativa”, lamenta o escritor.

O autor defende que o país não pode continuar a ser “construído na negação do outro”, mas com a “confluência de todos os erros que existam”, visto que todos “esses erros são importantes”.

O escritor acredita que o seu crescimento é consequência dos vários “nascimentos” ou das várias experiências que teve ao longo do país, abrindo-lhe possibilidades para descolonizar a mente, conforme se descreve neste episódio, que se passou consigo na antiga Vila Trigo de Morais, hoje Chokwè.

“Eu vinha da Missão Amatongas, onde tinha feito a terceira classe. De manhã, tocou a campainha e abro a porta. Estava uma menina branca, descalça, que disse ‘menino, estou a vender tomate’. Incrédulo, fui chamar o meu irmão mais velho para ver um branco a vender tomate.”

Ungulani Ba Ka Khosa nasceu a 1 de Agosto de 1957, em Inhaminga, província de Sofala. É formado em Direito e em Ensino de História e Geografia. Foi co-fundador da revista literária Charrua e dirigiu o Instituto Nacional do Livro e do Disco e a Associação dos Escritores Moçambicanos. Com a sua obra de estreia, *Ualalapi* (1987), integra a lista dos 100 melhores autores africanos do século XX. É, igualmente, autor de *Orgia dos Loucos* (1990), *Histórias de Amor e Espanto* (1993), *Os Sobreviventes da Noite*, *Choriro* (2009), *O Rei Mocho* (2012), *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) e *Cartas de Inhaminga* (2017).[]

Augusto Macedo Pinto lança “Beira, a origem do fim”



No quadro das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, o advogado Augusto Macedo Pinto irá lançar, no próximo mês, a obra “Beira, a origem do fim”. A obra é prefaciada pelo antigo presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

No livro, Augusto Macedo Pinto defende a tese de que a Revolução de 25 de Abril de 1974, que marca o início da vida democrática em Portugal, pondo termo ao regime autoritário do Estado Novo e abrindo caminho para a resolução do problema da guerra colonial, terá começado na cidade da Beira.

“É nossa intenção, nesta retrospectiva, mais do que elencar factos cronológicos, e do que dar uma opinião, apresentar factos ocorridos a partir de e na cidade da Beira, que deram a sua contribuição decisiva para a queda do Estado Novo (Salazar/Marcelo Caetano) em Portugal, a 25 de Abril de 1974”, afirma Augusto Macedo Pinto.

Joaquim Alberto Chissano destaca a importância do livro, afirmando que Augusto Macedo Pinto “relembra factos aos que os viveram ou ouviram falar, e personagens aos que os conheceram e com eles conviveram ou deles ouviram falar, e informa a juventude e a outros que não tiveram a oportunidade de conhecer os que de forma brutal tentaram em vão suster o vento da mudança que tinha como objectivo a independência de Moçambique”.



Augusto Macedo Pinto

Mais adiante, o antigo presidente da república destaca o papel dos tumultos que tiveram lugar, na cidade da Beira, a 17 de Janeiro de 1974, “que pelos vistos foram o detonador do despertar da consciência dos portugueses, com efeitos determinantes que levaram ao 25 de Abril de 1974, em Portugal”.

Constituída por 90 páginas, a obra de Augusto Macedo Pinto sairá sob a chancela da Editorial Fundza.

Augusto Macedo Pinto, de ascendência Luso-Moçambicana, veio ao mundo em Nespereira, Cinfães, Viseu, em 11 de Dezembro de 1948. Sua jornada levou-o a Lourenço Marques, hoje conhecida como Maputo, em 1953, e desde 1955 viveu em Tete. Entre os anos de 1968 e 1975, dedicou-se aos estudos na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito, enquanto dividia sua vida entre Moçambique e Portugal. Actualmente, fixou residência na cidade da Beira, Província de Sofala. Advogado de profissão, foi, entre 1991 e 1999, Cônsul Geral Honorário de Moçambique no Porto e na Zona Norte de Portugal. Actuou como Assessor para os Assuntos Europeus da Ministra dos Negócios Estrangeiros do Governo de São Tomé e Príncipe. Mantém o *blog* NANDI IWE activo desde 2010, dedicado exclusivamente a notícias positivas sobre pessoas e países, e contribuiu como articulista, tendo seus artigos publicados tanto na imprensa nacional quanto estrangeira.[] (Redacção)



12-15 JUN
2024
Beira



— Lançamentos de livros



— Concursos



— Conversas e Palestras



— Oficinas



Iniciativa



Kulemba

Realização



agência de comunicação

Parceiros



SOLETRAS



Beira e o 25 de Abril*



Joaquim Alberto Chissano
Antigo Presidente da República de Moçambique
(1986-2005)

Augusto Macedo Pinto traz-nos à memória, neste seu livro, parte da caminhada que percorremos ao longo do tempo, até chegarmos à independência de Moçambique, tendo alguns desses momentos, como seu epicentro, a cidade da Beira e a província de Sofala.

De uma forma calendarizada e sistematizada, que vem desde o período colonial, relembra factos aos que os viveram ou ouviram falar, e personagens aos que os conheceram e com eles conviveram ou deles ouviram falar, e informa a juventude e a outros que não tiveram a oportunidade de conhecer os que de forma brutal tentaram em vão sustentar o vento da mudança que tinha como objectivo a independência de Moçambique. Citou o caso odioso do livro-bomba montado pela PIDE, a partir da cidade da Beira, daí “A ORIGEM”, o estertor do colonialismo, pensando que com o acto bárbaro do assassinato de Mondlane nos faria terminar a Luta de Libertação Nacional pela Independência de Moçambique, e “O FIM”, também por ele referido, com os tumultos na cidade da Beira, a 17 de Janeiro de 1974, que

pelos vistos foram o detonador do despertar da consciência dos portugueses, com efeitos determinantes que levaram ao 25 de Abril de 1974, em Portugal. Depois de eu e o camarada Lopes Tembe termos sido os primeiros a chegar ao local onde o livro-bomba, fabricado na Beira pelos agentes do regime Colonialista, matou, pela sua potente explosão, cruelmente o Camarada Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, Presidente da FRELIMO, tive a penosa missão de, na minha qualidade de Chefe do Departamento de Segurança da Frente de Libertação de Moçambique, integrar o grupo de investigação dirigida pelo então Inspector-geral da Polícia da República da Tanzânia, Senhor Geoffrey Sawya. Através da análise dos restos da bomba destruída (detonador eléctrico, bateria e pedaços de papel de embrulho), com o apoio da INTERPOL, chegamos à conclusão de que aquele engenho tinha sido fabricado na cidade da Beira. O livro de Macedo Pinto não só confirma o facto, mas também a identidade do autor, de nome Casimiro Monteiro.

Os factos narrados no livro de Augusto Macedo Pinto trazem à

superfície variadas manifestações malélicas do colonialismo, ditadura e fascismo praticados pelo regime de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, que nos chamam à leitura deste e a conhecer as várias forças vivas compreendendo os moçambicanos, portugueses e pessoas de outras nacionalidades que se juntaram no combate contra aqueles males, muitas vezes sem se conhecerem entre si. Aqui, acho pertinente realçar a coragem dos capitães das forças portuguesas ao criarem o Movimento dos Capitães pelo fim do fascismo em Portugal e da guerra colonial em Moçambique e noutras colónias portuguesas, apoiando a nossa luta pela independência nacional.

No livro do Macedo Pinto, justa referência é feita a alguns dos nossos heróis das épocas nele abordadas. Cada facto citado sugere uma história mais longa, por vezes complexa, a recordar, a completar ou a desvendar.

Bem haja o autor, Augusto Macedo Pinto.[]

*Título da autoria da revista



José dos Remédios lança livro sobre 60 anos de “Nós Matámos o Cão-Tinhoso”

Texto de José dos Remédios

Em Março deste ano, o emblemático livro “Nós Matámos o Cão-Tinhoso!”, de Luís Bernardo Honwana, faz 60 anos após a sua primeira publicação. A fim de celebrar a efeméride, o ensaísta e jornalista José dos Remédios vai publicar o livro “O inventário da memória”, uma obra que reúne 18 ensaios sobre “Nós Matámos o Cão-Tinhoso!”

A produção do livro resulta de uma sugestão do

constitucionalista Teodato Hunguana que, em 2022, depois de ter lido o suplemento especial do jornal O País e acompanhado, na Stv, uma reportagem televisiva em homenagem a Luís Bernardo Honwana. Hunguana queria que, com o “material recolhido, também se fizesse uma homenagem em livro”, revela José dos Remédios.

Em vez de usar o material recolhido, José dos Remédios aproveitou a

ideia, nos finais de 2023, para construir algo inédito: um livro de ensaios sobre os 60 anos de “Nós Matámos o Cão-Tinhoso!”, que se completariam no primeiro trimestre de 2024.

Com efeito, convidou 17 ensaístas e pesquisadores para darem corpo à obra. São eles Sara Jona Laisse, Fábio Salem Daie, Vanessa Rimbau Pinheiro, Gustavo Henrique Rückert, Maria Paula Meneses, Marta Banasiak, Aurélio Cuna,

O INVENTÁRIO DA MEMÓRIA

ENSAIOS

Elísio Miambo, Maiane Pires Tigre, Nídia Adélia Chamusora, Luzia Moniz, Sávio Roberto Fonseca de Freitas, Cremildo Bahule, Agostinho Gonçalves João, Cíntia Acosta Kütter, Lidiana de Moraes e Ana Mafalda Leite.

A publicação do livro “O inventário da memória” foi a “maneira encontrada para reafirmar a importância de uma obra cuja relevância está muito além do exercício literário”, lê-se no texto de apresentação, assinado por José dos Remédios.

“Nós Matámos o Cão-Tinhoso! tanto vale pela dimensão ficcional

quanto pelo retrato de um tempo que, em vários aspectos, continua a dialogar com as diferentes sociedades. Portanto, ler Honwana constitui um requisito essencial no processo de busca dos critérios que favorecem o fortalecimento das relações humanas, muitas vezes corrompidas por questões socioculturais, políticas, económicas ou financeiras. A intemporalidade dos sete contos do livro foi, categoricamente, a derradeira razão para este exercício colectivo que pensa o presente através da interpretação do passado”, lê-se no mesmo texto.

“Nós Matámos o Cão-tinhoso!” é uma das mais importantes obras da literatura moçambicana. Ao longo de décadas, o livro tem merecido distintas apreciações, quer no universo artístico, quer a nível político. A obra é uma sólida proposta estética, comprometida com a noção do tempo e do espaço e atravessa uma série de intempéries até tornar-se canónica, inspirando e estimulando novas gerações de autores: escritores, encenadores ou cineastas.

José dos Remédios nasceu a 1 de Agosto de 1987,

no Chamanculo, Cidade de Maputo. É Mestre em Educação/ Ensino de Português, pela Universidade Pedagógica de Maputo, licenciado em Literatura Moçambicana, pela Universidade Eduardo Mondlane, docente, ensaísta e jornalista. Iniciou a sua carreira de docente em 2008, tendo leccionado em Tete e em Maputo. É autor de O horizonte e a escrita – um ensaio sobre a narrativa de Adelino Timóteo (2020) e organizou o livro José Craveirinha: a voz do nosso tempo (2022). []



2ª Edição do Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil

REGULAMENTO

O Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil é instituído pela Associação Kulemba e pretende estimular a produção literária de qualidade em Moçambique, distinguindo a melhor obra Infanto-juvenil publicada anualmente. As normas do Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil são as seguintes:

1. Podem concorrer ao Prémio todos os autores nacionais com obras infanto-juvenis (prosa ou poesia) publicadas em Moçambique.
2. O Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil será outorgado a livros de autores moçambicanos, publicados em língua portuguesa, devendo a primeira edição ter sido publicada em 2023.
3. Os livros concorrentes devem ter sido publicados em versão impressa.
4. O livro concorrente deve ser original, não podendo apresentar nenhuma parte já publicada antes em livro.
5. O concorrente deverá responder legal e individualmente por plágio, publicação não autorizada, calúnia, difamação e não autoria, isentando a organização de quaisquer responsabilidades sobre o livro enviado para o concurso.
6. Os livros publicados devem possuir obrigatoriamente um número de registo emitido pela Biblioteca Nacional de Moçambique ou pelo Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas, por requisição da editora ou do autor;
7. Os livros devem ser inscritos a concurso pelos autores ou pelos editores da obra.
8. Não poderão concorrer colectâneas com diferentes autores ou livros escritos em co-autoria;
9. Os concorrentes deverão preencher uma ficha de inscrição, que deverá ser entregue juntamente com três (3) exemplares do livro, num envelope fechado, constando no sobrescrito a informação: Prémio Nacional de Literatura Infanto-juvenil 2024.
10. Os livros submetidos ao concurso não serão devolvidos.
11. A ficha de inscrição e os exemplares do livro concorrente devem ser entregues na sede da Associação Kulemba, sita na Rua António Enes, Bairro do Chaimite, Cidade da Beira.
12. As inscrições deverão decorrer de 02 de Abril a 02 de Maio de 2024.
13. A avaliação das obras será feita em duas fases, sendo a primeira para apurar os cinco finalistas e, a segunda, para indicar o vencedor do prémio.
14. As cinco obras finalistas serão anunciadas no site e nas redes sociais da Associação Kulemba até ao dia 1 de Junho de 2024.
15. Os vencedores do prémio serão divulgados no mês de Junho de 2024, durante a 7ª edição do Festival do Livro Infanto-juvenil da Kulemba, FLIK 2024.
16. O processo de avaliação dos livros inscritos será feito por um Júri constituído pelos escritores Carlos dos Santos (Presidente), Angelina Neves e Benjamim Pedro João, que deverá reunir para decidir sobre os finalistas e vencedor.
17. Não podem fazer parte do corpo de jurados escritores ou editores com obras a concurso ou familiares dos mesmos. Também não podem fazer do Júri pessoas com relação formal de trabalho com editoras com obras a concurso.
18. A constituição do Júri será renovada anualmente em pelo menos 2/3 dos seus membros, não podendo os seus elementos participar no mesmo por mais de dois anos consecutivos.
19. Não haverá atribuição de prémios ex-aequo nem menções honrosas.
20. O Júri produzirá uma acta fundamentada, que deve ser acompanhada de declarações de voto dos seus membros. O Júri poderá, se assim o julgar, não atribuir o Prémio, caso nenhuma das obras a concurso tenha a qualidade necessária para prestigiar o prémio. A decisão do Júri é irrevogável.
21. O vencedor do Prémio será agraciado com um prémio pecuniário no valor de 100.000 MZN (cem mil meticais).
22. Caso a obra tenha sido ilustrada, o valor do Prémio deverá ser repartido, sendo oitenta mil (80.000 MZN) para o autor e vinte mil (20.000 MZN) para o ilustrador.
23. Todos os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Iniciativa



Realização



Parceiros

SOLETRAS



Porque celebrar os 60 anos de “Nós Matámos o Cão-Tinhoso”?*

Texto de José dos Remédios

Luís Bernardo Honwana é uma das mais proeminentes personalidades moçambicanas. Ao longo dos anos, a sua obra tem merecido distintas apreciações, quer no universo artístico, quer ao nível político. Aliás, Honwana é uma das figuras tutelares da literatura moçambicana. Primeiro, porque surpreendeu com uma sólida proposta estética, comprometida com a noção do tempo e do espaço. Segundo, porque a sua ficção atravessou uma série de intempéries até tornar-se canónica, inspirando e estimulando novas gerações de autores: escritores, encenadores ou cineastas.

Tendo em consideração a importância da obra e do autor, em 2014, o Governo de Moçambique homenageou Luís Bernardo Honwana. No mesmo ano, o escritor foi laureado com o Prémio de Literatura José Craveirinha, o mais importante do país, e a Alcance Editores publicou uma edição em celebração dos 50 anos de *Nós matamos o Cão-Tinhoso!*. Foi nessa ocasião que, pela primeira vez, me envolvi numa iniciativa a favor do autor, pois fui um dos convidados a digitalizar a primeira edição do livro. Para mim, foi um enorme privilégio ter sido escolhido para assumir tal responsabilidade. Por isso mesmo, dediquei-me com a maior concentração possível e, a 1 de Setembro de 2014, a obra foi lançada numa cerimónia realizada no Campus Principal da Universidade Eduardo Mondlane.

A segunda vez que me envolvi numa iniciativa sobre Luís Bernardo Honwana foi em 2022. Nesse ano, tive a felicidade de escrever e coordenar um suplemento especial em celebração dos 80 anos de vida do escritor, publicado no jornal *O País*, e ainda compor um guião e dirigir a edição de um vídeo em homenagem ao autor, exibido no canal televisivo *Stv*. Este trabalho proporcionou-me outros privilégios, como o de conversar horas a fio com a mãe do escritor, Nely Nyaka, e passar a conhecer ainda mais a família Honwana. Nessa conversa, por exemplo, fiquei a saber que Ginho é o “nome de casa” de Luís Bernardo, que nasceu com quatro quilos, num dia bastante chuvoso, concretamente às 2 horas de 12 de Novembro de 1942, no Hospital do Chamanculo, subúrbio da capital moçambicana. No entanto, porque os seus pais viviam em Moamba, onde o pai Raul Bernardo Honwana trabalhava como intérprete da Administração colonial, ali estudou na Escola Aires de Ornelas até à 4ª classe. Depois disso, já que naquela região de Lourenço Marques não havia nenhuma escola com nível secundário, os pais matricularam-no na então Liceu Salazar (hoje Escola Secundária Josina Machel), em Lourenço Marques.

A viagem pelos 80 anos de idade de Luís Bernardo levou-me a reviver distintos anos do seu percurso. Assim, vi o autor bebé, menino, adolescente, jovem e adulto; inseri-me no contexto social, geográfico e cultural que contribuíram para que o filho de Nely e Raul se tornasse uma célebre figura moçambicana e ainda compreendi por que houve tanta polémica à volta de *Nós matamos o Cão-Tinhoso!*, livro que teve como editor o escritor e jornalista João Salva-Rey, fundador do jornal *A Tribuna*, com o qual colaboraram José Craveirinha, Rui Knopfli, Rui Nogar e Eugénio Lisboa.



Ilustração de Bertina Lopes para a 1ª edição do livro

De igual modo, Nely Nyaka permitiu-me imaginar a angústia pela qual a família passou, quando, às 6 horas de 23 de Dezembro de 1964, na casa dos Honwana, no subúrbio de Xipamanine, Luís Bernardo foi preso pela PIDE, aos 22 anos de idade, acusado de actividades subversivas de apoio à FRELIMO e contra a soberania de Portugal em Moçambique. Preso durante três anos e meio, o escritor ficou incomunicável durante muito tempo, por vezes confinado em celas disciplinares e ou dado como desaparecido. À família chegaram manobras que apontavam para tentativas de assassinato do escritor, que, em parte, sobreviveu graças a amigos advogados que intercederam em prol da sua e da liberdade de outros autores que também tinham sido presos.

Apesar do vasto material recolhido, quer na conversa com Nely Nyaka e na leitura do seu livro *Mahanyela — a vida na periferia da grande cidade* (sem excluir *Memórias*, do seu esposo Raul Bernardo Honwana), quer nas entrevistas aos familiares e amigos do escritor, em nenhum momento ocorreu-me realizar uma colectânea de ensaios que juntasse diferentes percepções e estudiosos de ou residentes em Moçambique, Angola, Portugal, Polónia, Brasil, Estados Unidos e Canadá. Entretanto, quando o suplemento especial do jornal *O País* chegou aos leitores e o vídeo em homenagem a Luís Bernardo Honwana foi exibido nos noticiários da *Stv*, o constitucionalista Teodato Hunguana sugeriu-me que, com o material recolhido, também fizesse uma homenagem em livro. Gostei da ideia, mas ficou adormecida por meses, até que nos meados de 2023 reparei que em 2024 se completariam 60 anos da publicação de *Nós matamos o Cão-Tinhoso!*. A fim de celebrar a efeméride, tive o privilégio de me juntar a 17 ensaístas, que, incondicionalmente, deram muito de si na expressão da causa literária.

Esta foi a maneira que encontrei para reafirmar as particularidades de uma obra cuja relevância está muito além do exercício literário. Ou seja, *Nós matamos o Cão-Tinhoso!* tanto



Luís Bernardo Honwana

vale pela dimensão ficcional quanto pelo retrato de um tempo que, em vários aspectos, continua a dialogar com as diferentes sociedades. Portanto, ler Honwana constitui um requisito essencial no processo de busca dos critérios que favorecem o fortalecimento das relações humanas, muitas vezes corrompidas por questões socioculturais, políticas, económicas ou financeiras. A intemporalidade dos sete contos do livro foi, categoricamente, a derradeira razão para este exercício colectivo que pensa o presente através da interpretação do passado.

Cada conto do livro de Luís Bernardo Honwana (“Nós matámos o Cão-Tinhoso!”, “Inventário de imóveis e jacentes”, “Dina”, “A velhota”, “Papá, cobra e eu”, “As mãos dos pretos” e “Nhinguitimo”) é analisado, separadamente, por pelo menos dois ensaístas, e, nos 18 artigos, há os que se concentram num ou mais contos. Não obstante, ao longo deste ensaio colectivo, a grafia do título *Nós matamos o Cão-Tinhoso!* é ligeiramente diferente. Ora aparece com iniciais maiúsculas, com ponto de exclamação, com ou sem hífen. A situação deve-se ao facto de os ensaístas terem tido acesso a diferentes edições do livro durante a análise.

Ora, o primeiro e o artigo mais generalista, que em jeito de introdução cruza a vida e a obra de Honwana, “Os sete saberes para a educação do futuro: legados em *Nós Matámos o Cão-Tinhoso*”, é assinado por Sara Jona Laisse. No ensaio, observam-se as representações simbólicas apresentadas nos contos para apontar que leituras sugerem a (con)vivência contemporânea da humanidade, pois, conforme entende a estudiosa, são raras as abordagens sobre o que *Nós matamos o Cão-Tinhoso!* pode significar actualmente. Para esclarecer nebulosas informações que ainda existem em torno do autor e da sua obra, Sara Jona Laisse decidiu entrevistá-lo, na esperança de contribuir para uma discussão pacífica sobre a alteridade e diferenças culturais que possam ser sugeridas pela ficção.

O segundo artigo é “Nós ainda não matamos ninguém — forma e ideologia em ‘Nós Matamos o Cão-Tinhoso’, de Luís Bernardo Honwana”. Na análise, Fábio Salem Daie desenvolve a constatação de que, no seu célebre livro, o escritor moçambicano se vale do irrisório, do quotidiano, única linguagem acessível para exprimir a realidade vigente dos anos 60 do séc. XX. O ensaísta sustenta que o conto que intitula o livro de Luís Bernardo Honwana busca o que considera o ínfimo para chegar ao colosso da dominação, interpretando o que as personagens corporificam num contexto colonial e/ou dominado pela lei do mais forte.

O terceiro artigo é “A malta é quem manda: a construção colectiva das masculinidades no conto ‘Nós matámos o cão tinhoso’”. No seu texto, Vanessa Riambau Pinheiro parte do princípio de que existe uma construção no imaginário social que define as formas de masculinidades hegemónicas. A autora demonstra as formas de validação social masculina no conto “Nós matámos o cão-tinhoso”, evidenciando como a incapacidade de lidar com sentimentos — tidos como manifestações femininas pela masculinidade hegemónica —

faz com que as personagens, pressionadas pela necessidade de corresponderem ao padrão masculino imposto racial e socialmente, escolham um bode expiatório para descarregarem o medo transmutado em agressividade.

O quarto artigo, “Algumas considerações sobre três cães na literatura moçambicana”, de Gustavo Henrique Rücker, descreve como o conto “Nós matamos o Cão-Tinhoso!” estabelece novas possibilidades estéticas e posturas éticas, sobretudo aos escritores moçambicanos. O ensaio concentra-se na figura do cão na literatura moçambicana e nas razões da sua recorrência como uma marca desse sistema literário. Nesse sentido, o ensaísta cruza a obra de Luís Carlos Patraquim e Deusa d’África, por entender que ambos os poetas elegem, indirectamente, o nome de Luís Bernardo Honwana como um dos seus precursores, mesmo que escrevendo em outro contexto, estilo e até género.

O quinto artigo leva como título “Retrato de uma casa de madeira e zinco: geografias da desigualdade que marcam Maputo”. Na sua análise ao conto “Inventário de imóveis e jacentes”, Maria Paula Meneses explica que a escrita de Honwana obriga-nos a reflectir sobre as nossas raízes e as nossas opções, o que contribui para ampliar a consciência política e nacional. Na percepção desenvolvida pela ensaísta, neste caso, a literatura abriu caminho a uma cultura que denunciou a intolerável situação colonial e projectou a ideia da moçambicanidade. Portanto, Meneses revela que reler “Inventário de imóveis e jacentes” é condição necessária para entrarmos na modernidade como criadores de história e cultura e que se trata de uma proposta para repensar a cidade e retomar as lutas por um sentido mais pleno de pertença e contra as desigualdades.

O sexto artigo é de Marta Banasiak, “Sobre homens e objectos – a vida secreta das coisas em ‘Inventário de imóveis e jacentes’, de Luís Bernardo Honwana”. Trata-se de um exercício em que se questiona se Ginho é mesmo o único narrador que conta a história através da enumeração dos objectos presentes na sua casa. Para a ensaísta, nota-se que a ficção de Honwana ultrapassa significativamente um inventário dos pertences de uma típica família moçambicana bem como o relato da vida doméstica durante o período colonial. Por conseguinte, Banasiak afirma que a actualidade dos contos de Luís Bernardo Honwana, no séc. XXI, traduz-se, para além dos valores estéticos, na força testemunhal de um outro tempo histórico. Pelo que visitar a casa da família de Ginho, para o leitor, pode funcionar como uma visita a uma exposição num museu.

O sétimo artigo deste livro, “O poder das imagens no conto ‘Dina’, de L. B. Honwana”, de Aurélio Cuna, é uma reflexão sobre a representação de personagens e de espaços diegéticos. Durante a análise, é fundamentada a constatação de que em “Dina” o escritor combina o talento de contar com a fineza da descrição ornamental, criando ambientes verosímeis. Cuna prova que a descrição ornamental, no conto de Luís Bernardo Honwana, é duma intensidade tal que leva o leitor a experimentar a dor da personagem Madala, durante o trabalho de sacha, o que torna a leitura da história uma experiência deleitante, ao mesmo tempo que transporta o leitor a múltiplos e novos sentidos.

O oitavo artigo é “‘Dina’: a hora do início de um fim ou da harmonização do sentido da palavra *basta*”. Na reflexão, Elísio Miambo toma como princípio a ideia de que o texto literário é um reservatório das vivências de um povo, suas vicissitudes, seus dramas e virtudes que se foram registando no curso de um tempo e num determinado espaço. Assim, o ensaísta argumenta que “Dina” reenvia-nos não só para o momento histórico da produção do texto quanto para as vivências quotidianas num exercício mimético. Tal ocorrência, com efeito, esclarece a tomada de consciência colectiva dos oprimidos diante das adversidades ou atrocidades causadas pelo detentor do poder e de tudo o que ele representa.

O nono artigo é intitulado “Os *filhos da nação* no conto ‘A velhota’: uma reinvenção metonímica da tradição”. Partindo do que considera representação crítica de cenários de violência social, física e psicológica que caracteriza o período vigente da colonização europeia, por intermédio de um procedimento metonímico fundador da tradição literária, Maiane Pires Tigre analisa os diálogos das personagens com a pátria moçambicana. Focando-se no campo visual dos protagonistas, a ensaísta tece comparações que a permitem apresentar o ideal de sabedoria através das várias associações textuais.

O décimo artigo, “A velhota’: um olhar sobre a necropolítica colonial”, de Nídia Adélia Chamussora, é uma análise à volta do percurso da memória da necropolítica colonial, desde um bar até ao lar do herói. De igual modo, o ensaio demonstra que “A velhota” é uma cena sociológica, na qual a necropolítica é o instrumento usado pelo colono para assolar o povo moçambicano nas suas diversas formas de sobrevivência e de desenvolvimento. Desse modo, o conto é analisado como um espaço social onde as relações afectivas, políticas, económicas e culturais vividas entre as personagens permitem a construção de memórias individuais e colectivas de carácter dialogantes ou repressivas. Nídia Adélia Chamussora reconstitui a sociedade de Moçambique do tempo colonial e do presente.

O décimo primeiro artigo, “O discurso probabilístico do conto *honwaniano*”, assinado por José dos Remédios, explica que o conto “Papá, cobra e eu” é um mecanismo para a compreensão de relações inerentes à estratificação, à intolerância e à injustiça social em Moçambique. Tal observação toma o discurso das personagens como principal elemento de análise e a escrita de Honwana como uma denúncia a favor dos fracos ou dos enfraquecidos. O ensaio explica ainda que “Papá, cobra e eu” serve para reflectir sobre o sentido do poder em detrimento de qualquer hierarquização social depreciativa e para repensar os estatutos sociais e as razões causadoras da discriminação ou marginalização dos grupos: minoritários e majoritários.

O décimo segundo artigo é “‘Papá, cobra e eu’: entre a revolta contra a segregação e a esperança num futuro de liberdade”. Na reflexão, Luzia Moniz analisa cenas do quotidiano de uma família negra “assimilada” para esclarecer o papel de algumas instituições na contenção do espírito de revolta dos oprimidos pelo poder político. O ensaio também explora acontecimentos inerentes ao patriarcado, à divisão social/sexista do trabalho, nomeadamente o doméstico, extensível às relações de parentesco ou afectivas, e os diferentes papéis sociais num contexto altamente estratificado, inclusivamente, pelo domínio da língua portuguesa como factor de oportunidade e/ou de exclusão.

O décimo terceiro artigo tem como título “Quando a literatura dá as mãos: encontros poéticos entre Luís Bernardo Honwana e Sónia Sultuane”. No estudo, Sávio Roberto Fonseca de Freitas propõe o que concebe como uma conversa inusitada entre o conto “As mãos dos pretos”, de Luís Bernardo Honwana, e a exposição fotográfica virtual *Touch me*, de Sónia Sultuane. Fonseca de Freitas analisa os diálogos por meio de um processo artístico em que a linguagem e a imagem se tocam, criando expectativas sinestésicas sobre um acto de existir num mundo cuja perspectiva cosmoperceptiva consolida uma metamorfose de vozes descolonizadas na tentativa de fazer pensar uma necessidade de constatação sobre o poder do alcance das mãos em momentos de transição.

O décimo quarto artigo, “As mãos dos pretos’: o prenúncio da igualdade humana!”, é de Cremildo Bahule e trata de analisar a ficção de Luís Bernardo Honwana numa relação de diálogo para a percepção da existência humana. Ao ler “As mãos dos pretos”, o ensaísta esmera-se em argumentar que se está diante de um texto didáctico, que se configura como um poderoso instrumento de esclarecimento sobre a igualdade entre os homens, partindo de um elemento fisiológico que é comum em todas as raças: a clareza da palma da mão. Há aqui atenção a um determinado roteiro ideológico e crítico, capaz de contribuir para percepção de como em conjunto se pode tornar possível evitar que a desigualdade racial ou de outra ordem seja um problema no convívio entre os homens.

O décimo quinto artigo, “Os lados de ‘Nhinguitimo’: uma perspectiva exegetica”, reflecte o entendimento de Agostinho Gonçalves João sobre o que sugere a produção literária de Luís Bernardo Honwana, num contexto de tomada de consciência e consciencialização, luta e resistência face ao regime colonial português implantado em Moçambique. A análise ao conto “Nhinguitimo”, o último de *Nós matamos o Cão-Tinhoso!*, foca-se, igualmente na distinção e na divisão de classe fabricadas pelo poder colonial, na estrutura da sociedade da época que se arrasta, em certa medida, até aos dias de hoje.

O décimo sexto artigo, “‘Nhinguitimo’: o vento político insubalternizado”, de Cíntia Acosta Kütter, apresenta um estudo confluyente entre o conto “Nhinguitimo”, de Luís Bernardo Honwana, e a curta-metragem homónima, de Licínio Azevedo. No texto, é defendido que as imagens descritas pelo escritor se interseccionam com a leitura fílmica proposta pelo realizador de forma a juntos proporem uma reflexão sobre o passado histórico recente moçambicano. Paralelamente, Cíntia Acosta Kütter recorre ao conto para apontar à necessidade de Moçambique e o mundo ainda discutirem determinadas questões que, para muitos, são dadas, erradamente, como assunto encerrado.

O décimo sétimo artigo, “A violência do não-dizer em *Nós matamos o cão-tinhoso*, de Luís Bernardo Honwana”, traz Lidiana de Moraes a analisar os contos “Nós Matamos o Cão-Tinhoso”, “As mãos dos pretos” e “Nhinguitimo”. Com os três textos, a ensaísta esclarece que o não-dizer, frequentemente disfarçado em forma de piada ou de narrativa absurda, esconde uma situação de desigualdade violenta da qual poucos estão dispostos a admitir a sua existência porque seria como confessar a sua participação em um crime contra a humanidade. Partindo do contexto histórico de Moçambique, a ensaísta discute a exposição do conflito entre o desejo pela liberdade e o receio de não saber o que está reservado para a nação.

O décimo oitavo e último artigo, “Alegorização da violência na escrita de Luís Bernardo Honwana”, de Ana Mafalda Leite, em jeito de conclusão, é um estudo que defende que a violência (física, verbal e, em especial, moral e psíquica) é um dos temas subjacentes aos sete contos de Luís Bernardo Honwana. Além disso, o artigo trata da percepção mapeada nos diferentes mundos linguísticos na então colónia, o dos colonos, o dos assimilados e o dos não assimilados, o que leva a um factor de exclusão e de inferioridade das personagens. É num quadro de escrita, em que se alegoriza e transmuta a emoção e a violência em narrativas aparentemente simples, visuais e objectivas, que o ensaio revela a actualidade e a modernidade da arte narrativa de Luís Bernardo Honwana.

Todos os 18 artigos deste exercício reflexivo enaltecem a importância de *Nós matamos o Cão-Tinhoso!* na interpretação de eventos que continuam a marcar negativamente as sociedades moçambicana, africanas e mundiais. Os sete contos de Luís Bernardo Honwana, com efeito, são repositórios do conhecimento do mesmo jeito que em si encerram uma originalidade literária. Neste contexto, a ficção contribui na preservação do património artístico-cultural e histórico, e, por isso mesmo, aqui celebramos a obra de um autor que soube fazer da prosa um farol além do seu tempo.[]

*Título da autoria da revista. Texto extraído do livro “Inventário da memória”, organizado por José dos Remédios.

Bento Baloi: o perfil de uma vida

Texto de José dos Remédios





Da esquerda para a direita, Mairia Pinto de Sá e Bento Baloi a contracenarem na peça "A morte de Bessie Smith".

O dia amanheceu cinzento. Na Matola, a onda de choque é enorme, devido aos danos causados pela tempestade Filipo. As ruas agora são rios, charcos ou lagoas. Os pescadores de palmo e meio nem precisam de anzóis. Descalços, percorrem valas e fingem ser o que o tempo, seguramente, irá transformar em saudade. Enquanto isso não acontece, as crianças são as únicas, entre 48 mil pessoas afectadas pela tempestade, que se conseguem divertir e deixarem-se aventurar pela corrente das águas. A imagem de destruição é enorme. Vêem-se muros, paredes e moradias no chão. Os munícipes que até ontem mal entendiam de aguaceiros e rajadas partilham experiências da última noite e há quem estabeleça comparações com o Idai.

– Foi há precisamente cinco anos, neste mesmo maldito mês de Março...

Naquele dia, 13 foi mesmo o número do azar, a ocasião perfeita para os telejornais colocarem Matola no mapa trágico nacional. Habitados à vida dura, as pessoas já nem choram, inventam histórias para sobreviver, como um alimento do corpo, como quem busca Recados da alma porque a cidade parece uma Arca imersa no caos. É nesse contexto que encontramos Bento Baloi, um homem de 56 anos de idade, alto, forte, que literariamente também se alimenta do caos. O seu relógio, no pulso esquerdo, marca 10h19. Não é por acaso que usa o objecto. Tem um assunto marcado para esta mesma manhã, na baixa da Cidade de Maputo, a 20 minutos da sua casa. No entanto, recebemos como se o tempo, além de ser uma categoria narrativa, não importasse para mais nada.

Apesar de cinzento, 14 de Março é um excelente dia para viajar. O Bairro de Maxaquene é o grande destino. Àquele subúrbio da Cidade de Maputo pertence desde que nasceu a 3 de Janeiro de 1968. Tal como sucedeu com os cinco irmãos, o seu parto esteve previsto para acontecer na casa de caniço dos pais, na qual a mãe acumulava as funções de parturiente e de "Técnica Superior de Saúde Materno-Infantil". Por isso mesmo, dos seis filhos, Amélia Mondlane cuidou de trazer cinco deles, sozinha, ao mundo. O único teimoso que se recusou a ter a casa de caniço como maternidade e as capulanas como marquesa é Bento Baloi. Na verdade, momentos antes de ver a luz do dia pela primeira vez, BB podia ter morrido. No ventre, o bebé teimava em manter-se na posição incorrecta e a mãe do futuro escritor não conseguia reverter o cenário de risco. Uma vizinha apercebeu-se de que alguma coisa corria mal. Dirigiu-se à loja de

Faquir, telefonou para solicitar uma ambulância, e, no então Hospital Miguel Bombarda (hoje Hospital Central de Maputo), o bebé apresentou-se na enfermaria que escolheu. Por ele aguardava uma dívida que teria de pagar. Afinal a vizinha que ajudou a mãe a ter um parto seguro exigiu a sua parte....

– *O rapaz tem que ter o nome do meu marido, Bento, porque se não fosse eu, ele teria morrido.*

Amélia Mondlane admitiu o ponto de vista da vizinha e cedeu à sua exigência. O penúltimo filho passou a chamar-se Bento e, com esse nome, passou a percorrer as ruas do seu tão estimado Maxaquene. Esse bairro deu-lhe um nome, um chão e um clube com o mesmo nome do subúrbio. Amante de desporto, é adepto do Maxaquene e do Sporting Clube de Portugal. Por isso emociona-se quando vê Geny Catamo jogar em Alvalade.

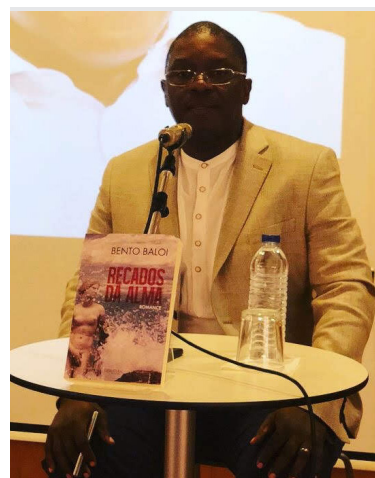
– *Maxaquene significa tudo para mim. As minhas raízes reais estão lá. Os meus pais migraram de Gaza para Maputo muitos antes de eu nascer, mas o meu chão é esse bairro de Maputo.* Diz o escritor, lembrando-se, de seguida, daquelas valas onde ele e os amiguinhos iam pescar o que consideravam peixe, cenário tão idêntico ao vivido na Matola neste dia a seguir à tempestade Filipo. Talvez para evitar uma atmosfera pesada, BB refugia-se naqueles anos da infância e imediatamente lembra-se da Escola Primária Missão Baptista, onde estudou. A infra-estrutura já não existe, porque, quando se resolveu construir a Avenida Joaquim Chissano, a escola teve de dar lugar à estrada. Consequentemente, – *Sempre que passo por aquele cruzamento entre a Rua da Resistência e a Avenida Joaquim Chissano, sinto que estou a passar por cima da minha sala de aulas.*

A mesma sensação o escritor já não sente em relação a outras escolas onde estudou, como Santo António da Malhangalene ou a Escola Secundária da Polana, onde despertou o gosto pela leitura aos 12/13 anos de idade. Sem condições para adquirir livros, BB aprendeu a procurar pequenas revistas e romances policiais que marcaram a sua geração (os colegas e tabacarias eram algumas fontes). Aos 14 anos de idade, na Escola Secundária Josina Machel, em 1982, começa a escrever pequenas histórias inspiradas no que lia. – *Resolvi escrever uma coisa que achava que era um romance.*

Fotografia: José Cabral.



Da esquerda para a direita: Leopoldo Fernandes, Quito, Maria Pinto de Sá, Bento Baloi e Leite de Vasconcelos.



Convencido disso, o rapaz de 17 anos de idade deslocou-se à Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO) com um projecto escrito numa sebenta. Lá depositou o projecto de uma vida e voltou a casa expectante. Dias depois, o escritor Pedro Chissano marcou uma conversa com o adolescente. Não disse que o manuscrito era uma tragédia. Didáctico, aconselhou o futuro escritor a investir em histórias curtas, contos por exemplo, e a publicá-las nos jornais. Quando estivesse preparado, aí, sim, passaria a escrever romances. – *Segui o conselho do Pedro Chissano. Publiquei algumas coisas na Tempo, na ECO da UEM, e, assim, conheci Hélder Muteia.*

Foi mais ou menos nessa fase da juventude que BB começa a fazer teatro. Deu os primeiros passos num grupo de estudantes chamado Zomola, a convite de um amigo. O seu ponto forte, mais do que interpretar, era escrever. Começou a escrever peças e, assim, aproximou-se à Rádio Moçambique, onde contribuiu na produção do teatro radiofónico com Maria Pinto de Sá. É a actriz que a convida para fazer parte da sua melhor peça, *A morte de Bessie Smith*, sobre uma cantora negra norte-americana que, nos anos 1920, morreu por não ter sido atendida num hospital devido à sua tonalidade de pele. Racismo. O elenco contou com Leite Vasconcelos e Leopoldo Fernandes.

Ora, o interesse pela publicação dos contos aproximou Bento Baloi ao jornal Domingo, onde também publicou poemas. No Domingo, BB conheceu jornalistas que se interessaram pela sua escrita. – *Eles convidaram-me a fazer outras coisas, como reportagens, e, de repente, fiquei jornalista e o jornalismo engoliu o escritor. Mas eu sabia que um dia iria voltar a escrever...*

Quando começa a trabalhar no Domingo, BB tinha 20 anos de idade. Lá ficou oito, o que lhe valeu viajar muito pelo país e pelo mundo. Pensando nisso, hoje o escritor compreende que as suas histórias devem imenso às viagens realizadas. São também as viagens que o permitem fazer da literatura uma forma de resgatar histórias não contadas do país e cimentar o conceito de cidadania. – *Sem cimentarmos o conceito de cidadania, não há como ir para frente. A atitude das pessoas é importante rumo ao desenvolvimento nacional.*

O primeiro projecto literário sério de BB é *No verso da cicatriz* (embora seja o terceiro a publicar), um romance com 321 páginas e cuja história retrata 17 anos de um território assombrado pela ordem, pelo grito e pela morte. O livro foi escrito em 10 anos. Devido à carga emocional, houve momentos em que BB saiu do romance mal disposto e contrariado pelas decisões por si tomadas. Por exemplo, quando “matou” a personagem Nelson, teve um dia atordoado, ingrato,



mas nada podia fazer. No contexto da história a morte é uma realidade e as personagens têm de conviver com isso. No sentido contrário, divertiu-se imenso ao criar *Original*, em *Recados da alma*, personagem hilariante sugerida pelo editor Celso Muianga.

Para muitos leitores, *No verso da cicatriz* é o melhor livro de Bento Baloi, embora também haja quem não resiste a *A arca de não é*. Por acaso ou não, *No verso da cicatriz* é o primeiro livro do escritor a ser laureado num concurso literário. Aconteceu ano passado, na primeira edição do Prémio Literário Mia Couto, iniciativa da Kulemba e da Cornelder. Devido ao peso do prémio, e considerando os membros do júri (Francisco Noa, Fátima Mendonça, Teresa Manjate, Tânia Macedo e Daniel da Costa), BB logo ficou satisfeito quando soube que o livro era finalista. Entretanto a concorrência era muito. Entre os cinco finalistas constava *Museu da Revolução*, de João Paulo Borges Coelho. Não acompanhou a cerimónia em que se anunciaram os vencedores. No dia e a hora marcada, tinha uma partida de voleibol com amigos. Desligou-se do mundo, até para não ficar apreensivo, e concentrou na bola, no rectângulo e nas jogadas. Portanto, conseguiu manter a cabeça longe da Beira, onde decorria a cerimónia literária.

Quando o jogo terminou, na Escola Secundária de Tete, ainda suado, segurou no telemóvel: viu as chamadas perdidas e leu as mensagens. Aí compreendeu o que acabava de acontecer. O seu romance, que custou tanto a terminar, era reconhecido como o melhor entre os publicados em 2021 e 2022 em Moçambique. Um ano depois dessa distinção, Bento Baloi pensa na premiação com muito carinho: – *A importância número 1 de um prémio é de dar visibilidade ao nosso trabalho. Gostei muito de ganhar o meu primeiro prémio.*

As histórias de BB começam do nada, em casa ou na rua. – *O que tento fazer é criar uma história consistente antes de me sentar ao computador. No acto da escrita, claro, surgem outras ideias. Não tenho dificuldade de deixar a história evoluir. Se a história quer andar para bem longe, permito-a.*

Quanto à primeira leitora do escritor, é a esposa. Por ordem, é ela, os quatro filhos (sobretudo as duas meninas), e, depois, alguns amigos que o lêem antes do manuscrito chegar ao editor. As primeiras críticas vêm dessa base importante porque a arte literária também é uma construção colectiva. Há anos que tem sido assim e o escritor pretende que o hábito perdure, apesar de estar a viver numa outra província, Tete, onde acaba de terminar o seu quarto livro, que deverá ser lançado ainda este ano. – *Quando saí de Maputo para Tete, tinha um projecto de livro na cabeça. Como estou a viver sozinho, refugio-me no texto. Portanto, ainda não se trata de um livro sobre Tete. Mas deixa uma promessa: – As histórias em Tete são muitas, ando muito pelos distritos, e, um dia, vou contá-las.*

A garantia é dada com a voz firme, porque BB percebe que as narrativas só existem quando são contadas. E, nesse aspecto, o país está bem entregue. – *Nas artes, em geral, estamos a evoluir. Temos muitos jovens escritores promissores. Agora, os artistas têm de começar a desenvolver projectos sustentáveis, com retorno financeiro para as suas vidas. Temos de conseguir transformar a arte em negócio.*

Além disso, Bento Baloi refere-se a outro grande problema sério enfrentado pelos moçambicanos. Tem a ver com os fracos níveis de leitura, porque, geralmente, as pessoas não são ensinadas a ler. Ainda assim, o escritor gosta da crença dos compatriotas sobre o amanhã que é possível, apesar das adversidades de vária ordem, como a imposta por uma tempestade Filipo, que, na Matola, abriu vias para novas histórias.[]

Gargalhadas no Olympia e *Hiroshima* no São Jorge

Texto de Dany Wambire

Estamos em frente ao Cais Manarte, onde nasce o rio Chiveve. Eu e o Álvaro, recém-chegado de Portugal, estamos com os dedos presos na cerca do cais. Álvaro fixa os olhos no cais 12. Espalha o olhar sobre o convés aberto de um enorme navio e, naquele instante, vêm-lhe à memória os inúmeros colonos que ali aportaram.

A nossa presença prolonga-se por um par de horas. O olhar de Álvaro ultrapassa a função dos olhos, confunde-se com reza. Nem se apercebe do machimbombo do Transporte Público da Beira que acabou de chegar ao Cais Manarte. Faço-lhe um sinal para que veja o machimbombo. Ele reage e vai a tempo de ver a última manobra do automóvel antes de estacionar.

— *Este machimbombo traz gente que vem trabalhar à cidade.* — antecipo-me na resposta a uma pergunta que Álvaro pretendia fazer.

— *Pois! A história repete-se.* — comenta Álvaro.

Pelo cais Manarte, prossegue Álvaro, desembarcaram os primeiros estrangeiros, da periferia da metrópole, que vinham fazer dinheiro às terras ultramarinas. Passados quase 70 anos, o trajecto mantém-se igual, mas com novos actores: gente humilde da periferia da cidade da Beira vem à busca, literalmente, do pão de cada dia. Mais, Álvaro está ali para lembrar o que eu fui ensinado a esquecer.

Do machimbombo, descem passageiros apressados. Mas nem por isso deixam de notar e estranhar a nossa presença, um festival de contraste: um branco alto, metido na idade, ao lado jovem preto e baixinho.

Conheci o Álvaro pela internet. Ele viveu na Beira da década de 1950. Partiu para outros afazeres pelo mundo, traumatizado pela brutalidade do colonialismo da época. À beira dos 70 anos, quis regressar à sua Beira para mapear lembranças. A missão de Álvaro nesse regresso à cidade é clara: costurar lembranças suficientes para preencher as páginas de um livro que se vai intitular “Memórias em tempos de amnésia: uma campa em África”.

Do livro, segreda-me Álvaro, irão constar inúmeras lembranças suas, sobretudo das casas de cinema da sua juventude, os cinemas Olympia e São Jorge.

“Olympia não fica muito distante daqui do Cais Manarte”, diz o Álvaro.



Eu hesito em responder, estou confuso. Na baixa da cidade, há três cinemas vizinhos, todos guardando a mesma semelhança: já não funcionam. Pelo menos para os filmes.

— O Olympia ficava na rua Luís Inácio.

— O Álvaro tenta elucidar-me.

Lembrei-me do sítio. Peço ao Álvaro para fazermos um corta-mato, passando pela Casa do Artista. Sobre aquela casa de arte, Álvaro não deixa de comentar: “aqui ficava o antigo chafariz da cidade”. Concordo e digo que agora é uma casa de cultura e das artes e foi reabilitada com o apoio de fundos noruegueses.

Chegamos ao Olympia. De imediato, Álvaro atira os olhos para a entrada principal a ver se encontra as fotografias das grandes estrelas de Hollywood, mas nada. O que vê por baixo do dístico vertical com o nome Olympia, uma cidade sagrada da Grécia antiga, é a escrita “Igreja Mundial Igreja do Poder de Deus”. Álvaro entristece-se com a transformação do espaço, leio isso no seu semblante. Para desanuviar-lhe a tristeza, faço uma piada:

— Olympia ou Igreja Mundial do Poder de Deus, o importante é que a sala continua sagrada.

— Realmente. As igrejas evangélicas têm uma predileção por cinemas. Devem ter um sentido do espectáculo. — responde o Álvaro.

Como quem afaga um corpo, Álvaro passa a mão sobre uma das paredes do cinema e um sorriso roça-lhe os lábios. A seguir, o sorriso converte-se numa gargalhada. Nesta sala, confessa, “dei muitas risadas com os filmes dos Irmãos Marx”.

Irmãos Marx foi um grupo de comediantes que deixou os palcos do teatro e ingressou em uma nova aventura no cinema a 03 de Maio de 1929. Filhos de mãe alemã e pai francês, os Irmãos Marx nasceram e foram criados em Nova Iorque, mas alcançaram o sucesso em Hollywood. Quando foi fundado o cinema Olympia, a 01 de Janeiro de 1942, os filmes dos Irmãos Marx passaram a ser famosos



na Beira. Como passou a ser famoso, na década seguinte, o filme *Hiroshima mon Amour*. Não foi no Olympia, mas no Cinema São Jorge que Álvaro viu, pela primeira vez, esse filme que retrata um caso de amor impossível entre um arquitecto japonês e uma actriz francesa.

Foi também no São Jorge, na época, a maior sala de cinema de Moçambique e um dos orgulhos da cidade branca que Álvaro viu tudo o que havia por ver no cinema, desde o filme *Belíssima*, passando por *Antes do dilúvio*, até *Casei com uma feiticeira*.

É no São Jorge, hoje Centro Universitário da Cultura e Artes, que Álvaro guarda as maiores saudades da Beira. Vê-se como se demora a percorrer com os olhos todos os contornos da figura de São Jorge estampada na fachada do cinema. Ali São Jorge, um santo popular entre os católicos da Beira, trespassa um dragão com a sua lança. A obra é do escultor Arlindo Rocha, diz-me Álvaro. A propriedade, que teve como arquitecto João Afonso Garizo do Carmo, falecido em 1974, é atribuída originalmente aos irmãos Paraskeva (Nicolau, Cleo e João). O cinema foi inaugurado a 17 de Novembro de 1954, quatro anos depois de ter sido inaugurado um outro, com o mesmo nome, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.[]



Calou-se “O gato que chorava como pessoa”



Geremias Mendoso (1996 - 2024)

Texto de José dos Remédios

A literatura moçambicana voltou a perder um escritor muito jovem. Depois de Isaac Zita, João Dias, Rui de Noronha, Reinaldo Ferreira ou Carneiro Gonçalves, a morte levou o autor de *O gato que chora como pessoa* e de *Quando os mochos piam*. O acidente que o envolveu mortalmente aconteceu nas proximidades de Chocas-Mar, quando o escritor se dirigia a Mossuril, onde ia visitar a sua mulher, professora em exercício naquele distrito. Sentado na parte frontal do transporte de passageiros, nem ele e nem o motorista compreenderam que a fraca visibilidade seria fatal.

O escritor tinha 27 anos de idade. Trabalhava como enfermeiro no Hospital Central de Nampula e, sempre que podia, ficcionava histórias originais sobre a sua gente. Era uma promessa para as letras nacionais e o facto de ter conquistado prémios com os seus dois primeiros livros vaticinava uma carreira coroada de êxitos. O livro de estreia foi laureado Prémio Branquinho da Fonseca Expresso/Gulbenkian (Portugal, 2019) e o segundo foi vencedor (*ex aequo*) no Prémio Literário Fernando Leite Couto (2022).

Com ou sem prêmios, Geremias Mendoso era um homem delicado, humilde e caridoso. Foi por isso que seguiu a enfermagem, para melhor servir os necessitados. “No princípio, ele até queria se formar em Medicina Geral, mas, devido à sua humanidade, aconselhei-o a investir na Enfermagem”, disse Hélio Mendoso, o mais velho de cinco irmãos. Geremias era o terceiro filho e sempre teve no Hélio uma grande referência. Dele aprendeu a sacrificar-se pelos outros, porque foi isso o que o seu mano fez quando se encontrava no seminário.

Certa vez, durante uma visita, Hélio Mendoso apercebeu-se que, estando a frequentar a 5ª classe, Geremias não sabia ler. Passou a cuidar da educação do irmãozinho, emprestando-lhe livros, escrevendo-lhe cartas e assistindo-lhe em tudo. Nessa altura, Hélio Mendoso já escrevia poemas, histórias e tinha consolidado o hábito da leitura. Era um coleccionador de livros.

Ao fim de anos, Geremias não só aprendeu a ler como desenvolveu o interesse pela escrita, surpreendendo o seu mentor que julgava apenas ter um poeta em casa.

Geremias Mendoso escrevia muito. Deixou vários livros inéditos e projectos inacabados. O maior receio de Hélio Mendoso é que o irmão tenha perdido muitos desses livros por editar no *laptop* que trazia no dia do acidente. A esperança, agora, é recuperar os textos possíveis num computador avariado, em casa. Enquanto isso não acontece, a família Mendoso encontra-se mergulhada numa dor profunda, porque, além de um filho e irmão querido, perdeu um pilar financeiro. Há uns anos que Geremias cuidava dos pais e dos irmãos. Inclusivamente, deixou descansado o irmão Hélio, que até aí se sacrificava por todos. “Agora é a minha vez de cuidar de vocês. Descansa, mano”, terá dito o escritor.

A morte de Geremias Mendoso acontece num ano terrível! Em Fevereiro, o escritor escapou à morte, na mesma região de Chocas-Mar onde o acidente fatal aconteceu. Escapou com vida, mas levou um gesso no braço (previsto para retirar no dia da morte). Talvez, nessa altura, os gatos que choram como pessoa e os mochos que piam tenham cumprido a tarefa de anunciar uma morte precoce. Mas ninguém os ouviu. Geremias Mendoso voltou a passar por aquela região e o trágico aconteceu dois meses depois de os pais, José Mendoso e Ana Baessa, terem perdido um outro filho. Entre Janeiro e Março, a família Mendoso perdeu dois filhos, o terceiro e o quarto, e nenhuma ficção pode mudar isso.

Geremias Mendoso partiu para grande viagem. Deixa mulher e uma filha de oito meses.[]